SIRIRICA

PRA MONA,
A PRIMEIRA A DIZER
"VAI!"

DEBS, NOZO, GIU Y KREN
QUE FORAM.

"O homem herdou a tendência autoritária enquanto cultivou a submissão feminina; continua a ser o senhor, o superior, o protetor, e, quer conservar o servilismo, a inferioridade, a dependência da protegida. O que há é o interesse masculino e o comodismo, a preguiça da mulher e a sua ignorância e servilismo cultivados calculadamente através de milénios".

Maria Lacerda de Moura. "A mulher é uma degenerada", 1932

O QUE FAZ DE UMA RELAÇÃO, SEXUAL?

Um belo dia, em uma mesa de bar - mas pode ter sido um dia feio, na cama depois de mau sexo - me dei conta que o sexo era um tema muito complicado nos diálogos por aí. Cercados de tabus, mesmo na mesa do boteco, as práticas e discursos sexuais me pareciam todos impregnados de moral e viciados por exercícios e dispositivos de poder.

Essa investigação começou há três anos.

QUEM TEM CORPO GOZA

Desde a mais tenra idade, quem tem corpo, goza. É na primeira infância que aprendemos a manusear e descobrir nosso corpo provocando prazer e gozo. No começo, a descoberta das funções do corpo leva à descoberta do prazer (por exemplo, descobrir que segurar ou prender as fezes gera diferentes sensações de ansiedade e alívio, o que acontece por volta do primeiro ano de existência [- o que é um prazer sexual?]). Uma importante marca social é a puberdade, quando as crianças passam a preparar-se ou estar aptas à existência no mundo adulto. A puberdade, biologicamente, é o processo hormonal no qual o corpo prepa-

ra-se para as funções reprodutivas; socialmente, é um marcador definidor do espaço a ser ocupado na coletividade por aquela pessoa. A descoberta das possibilidades do corpo, e do gozo do corpo, se estendem para além de fases etárias. O corpo, dessa forma, é uma fonte possível de gozo do começo ao fim da existência humana. Para desfrutar de seus prazeres não são necessárias posses, exceto a do próprio corpo. Tampouco é necessário treinamento, exceto a prática. Qualquer pessoa, em qualquer lugar/espaço/tempo pode gozar, [ou *deveria poder* poder gozar] de seu corpo.

Gozar (verbo transitivo direto indireto e pronominal) vai além do suposto clímax do intercurso sexual, atingir o orgasmo. Gozar é deleitar-se, deliciar-se, encontrar prazer. Encontrar prazer é o extremo oposto de apenas existir. Apenas sobreviver. É desejar, ação que só pode existir de forma ativa. Desejar é o extremo oposto de abster-se, de renunciar ou resignar.

Em um contexto capitalista, consumista, opressor etc, fica óbvia a importância do gozo e do desejo: onde nos querem pessoas mecanizadas e apáticas, produtivas apenas até certo ponto, a vontade, o desejo e o gozo nos levam à criatividade, à mobilidade, ao entusiasmo, ao arrebatamento. Onde nos querem apenas existindo, criamos e desviamos através do querer e da satisfação do *poder*.

> **"A lógica da submissão nos diz para sermos realistas, limitar-nos às possibilidades cada vez mais estreitas que a realidade atual oferece. Mas quando essa realidade está, de fato, marchando em direção à morte – em direção ao eclipse permanente do espírito humano e à destruição do meio ambiente – é realmente realista "ser realista"? Se alguém ama a vida, se quer expandir-se e florescer, é absolutamente necessário libertar o desejo dos canais que o restringem, para que ele inunde nossas mentes e corações com tal paixão que desencadeie os sonhos mais loucos. Então, é preciso agarrar esses sonhos e, a partir deles, afiar uma arma com a qual atacar essa realidade, uma apaixonada razão rebelde capaz de formular projetos visando a destruição daquilo que existe e a realização de nossos desejos mais maravilhosos. Para aqueles de nós que querem tornar nossas vidas nossas de fato, qualquer coisa menos que isso seria irrealista".**
>
> *Wolfi Landstreicher. "Against the logic of submission", 2005.*

TUDO É SOBRE SEXO, EXCETO SEXO. SEXO É SOBRE PODER

Assim como gozo não se restringe ao orgasmo, a sexualidade não se restringe ao sexo. Sexo não é só o intercurso sexual, mas todo um conjunto de discursos e práticas. Sexo é o marcador social que recebemos (ou não) na puberdade, é uma experiência corporal e psicológica e pode e deve ser tantas coisas mais, mas que permanecem todavia inter/entre/ditas.
[Alguma coisa acontece quando as pessoas transam].
Existem as exceções poliamorosas e desprovidas de sentimento de posse que confirmam a regra. A ordem geral dos relacionamentos humanos, no entanto, tende a adotar uma escala de dificuldade crescente em relação ao afeto e às relações sexuais. Algumas relações não permitem afeto e sexo simultâneos, caso de relações fraternas, onde existe o tabu do incesto, por exemplo. Noutras, são permitidos ambos, sexo e afeto, e reincidem sentimentos de posse e propriedade ou outros exercícios de relações de poder na maioria das vezes apartadas da

vida social como um todo pelos tabus da intimidade e privacidade. Assim, diferentes tabus e dispositivos de controle diferenciam as relações "puramente" afetivas e as relações afetivo-sexuais. E diferenciam-se os espaços de poder em íntimos/privados e aparentes/públicos. Aqui, falamos das relações afetivo-sexuais, em suas manifestações privadas e públicas.

[NOTA SOBRE DISSIDÊNCIA SEXUAL]

Analisar historicamente um objeto não significa organizá-lo cronologicamente, ou precisar a origem de algum fenômeno. Antes, ou, mais que tudo, significa localizá-lo nas variações do espaço-tempo. Historicizar um objeto significa, portanto, percebê-lo como mutável, variável, de acordo com as mais variáveis condições. Heterosexualidade, por exemplo, até 1934 era descrita como doença: em 1901, o dicionário médico Dorland definia como "apetite anormal ou pervertido", em 1923, outro dicionário a descrevia como "paixão sexual mórbida por alguém do sexo oposto", é só na década de 30 passou a ser um mecanismo afetivo-sexual aceito. Mais: o normal, a norma. Hoje, disputas em torno do que é o modelo de família tomam lugar nas câmaras legislativas e pessoas são espancadas até a morte nas ruas por não corresponderem ao padrão heterossexual, mas como a medicina do começo do século, e a História, demonstram, *nada foi sempre assim*. Dessa maneira, historicizar um objeto é desnaturalizá-lo, percebendo-o no espaço-tempo específico de que tratamos ou vivemos. Nada é natural ou sempre teve a mesma forma, nem mesmo, e principalmente, os sexos.

Se em algum momento da história as pessoas não sentiram necessidade alguma de se encaixar em determinado padrão sexual, hoje sabemos que a heterosexualidade é compulsória. Não só pela suposição de que a heterosexualidade pode ser a normalidade, a condição dominante na humanidade, como também pela heterosexualidade ser o pressuposto de relacionamento "produtivo". Assim, a norma heterosexual não se restringe a pares heteros, mas também pode atuar nas relações homos, já que os modelos e discursos correntes estão associados a esses mecanismos normativos. Todavia, o fato da reprodução humana, por exemplo, biologicamente se dar pelas relações sexuais hetero não significa que esse seja o "normal" em nenhum sentido que não seja religioso ou dogmático, já que a reprodução da espécie inclui também seu controle, por exemplo. Se a natureza humana pode comportar criaturas que se relacionam com diferentes, também pode comportar criaturas que se relacionam com iguais. Se os humanos, junto aos parentes primatas mais próximos, como os bonobos, são os únicos animais que transam por prazer, a norma deveria ser a partir da qualidade e quantidade do sexo, não das características d_ parceir_.

Heterossexuais e homossexuais são considerados diferentes porque eles podem ser divididos em dois grupos com base na crença de que eles podem ser divididos em dois grupos.

Ou seja: ainda que a organização e os mecanismos de poder beneficiem a heterosexualidade e fomentem sua predominancia politica sobre outras formas de experiências sexuais, ambas as formas são construções sociais, ambas relacionam-se a uma concepção e manifestação do poder que divide as experiências sexuais em possibilidades. A luta de gênero, nesse espectro, passa a ser pelo reconhecimento de diversas categorias como agentes possíveis e reconhecíveis no debate/embate de gêneros e identidades, sem considerar que a luta pelo reconhecimento de si como agente legitima o sistema no qual se quer participar.

A luta de gênero promovida amplamente no contexto brasileiro, nessa leitura, conforma-se em participar do jogo político já dado, legitimando esse jogo como fonte de poder e autoridade. A luta de mulheres para serem reconhecidas como agentes sociais com estatuto de direito *igual* ao dos homens encaixa-se em um discurso que legitima o poder e os direitos que os homens acumulam. Da mesma forma, diversas reivindicações relacionadas aos mecanismos dos desejos afetivo-sexuais - como pautas ditas homosexuais - lutam para serem aceitas no rol de políticas sexuais possíveis, tal qual a heterosexualidade, como se a heterosexualidade fosse um um modelo de mecanismo saudável, ideal etc.

A percepção de que as políticas sexuais podem ser alteradas por lei, por exemplo, demonstra a aceitação a) da via legalista como uma possibilidade da mudança da realidade material, o que é extremamente duvidável, se avaliado a partir da imparcialidade e atual concepção de justiça; e b) a aceitação da realidade como a norma, como natureza fixa de nossa existência. Aceitar que é neste estado de coisas onde a luta deve travar-se - perseguindo o reconhecimento das relações não heteronormativas pelo Estado, exigindo direitos pares a outras manifestações de gênero etc - é aceitar que a realidade tal qual a conhecemos É, não ESTÁ.

Assim: a heterosexualidade é um mecanismo do desejo afetivo-sexual que tem se constituído em nossa sociedade como cultura dominante. Como cultura dominante, não só não incorpora outros mecanismos como sequer considera de forma orgânica que possa haver diversidade.

Toda manifestação que fuja à sua regra é desviante, portanto passível de identificação, perseguição e eliminação. A heteronormatividade entende que esta É a normalidade do relacionar-se (e nesse raciocínio, quando um movimento desviante reivindica que também pode ser forma de relacionar-se, tal qual a heterosexual, reivindica ser parte da norma, e não de sua implosão).

PORNOGRAFIA PRA QUEM?

"Até meados da década de 1960, a pornografia era basicamente uma experiência masculina. O contato das mulheres com ela se restringia à visão das capas das revistas masculinas nas bancas de jornais. Na década de 70, no entanto, a pornografia da beleza invadiu a arena cultural feminina. À medida que as mulheres foram ficando mais livres, a pornografia acompanhou (...). A década de 1970 ergueu as mulheres a posições de poder. À medida que elas foram entrando para a força de trabalho e se envolvendo com o movimento feminista, a natureza do que as mulheres desejariam passou a ser uma questão séria e uma grave ameaça. O estilo sexual feminino dos anos sessenta foi abandonado na cultura popular porque o fato de o sexo para as mulheres poder ser daquela forma — alegre, sensual, brincalhão, sem violência ou vergonha, sem medo das conseqüências — destruiria completamente as instituições que já estavam por demais abaladas desde que as mulheres haviam alterado *apenas seus papéis públicos*".

Naomi Wolf. "O mito da beleza", 1992.

Pornografia, segundo a definição etimológica mais comum, equivale em grego a registro das histórias de prostitutas. A palavra não surgiu enquanto substantivo, mas antes como adjetivo: o primeiro emprego foi em pornográfo, o sujeito que registra a história das prostitutas. Em bom português, seria putaria.

Com o tempo, e considere-se aí quiçá Pompéia, a pornografia substantiva-se, e passa a ser uma linguagem direcionada a estimular o desejo. A diferenciação entre o pornográfico e o obsceno não tardaria a aparecer. Tal qual no teatro, o obsceno referiu-se por muito tempo ao que apenas se insinuava, enquanto a pornografia ficou com o declarado e objetivo. O erotismo também disputa espaço com a pornografia, mas enquanto a obscenidade pretende se referir à quantidade de pele [não]exposta fora de cena, o erotismo desde seu surgimento relaciona-se à qualidade da pele exposta. Audrey Lorde e outrxs autorxs usam erótico como o impulso e *potência sexual*. No entanto, no cotidiano a diferenciação entre o que se pode ver - o erótico - e o que não se deve mostrar - o pornográfico - foi [é] feita por pessoas que por algum motivo detém a moral elevada o suficiente para assumir tal missão. A distância entre o permitido e o censurado é determinada pela moral de quem censura. Lugar, historicamente, ocupado pela burguesia.

A pornografia é um simulacro de nossa vida sexual - ou nossa vida sexual é simulacro da pornografia - e como tal serve de campo de observação do funcionamento dos dispositivos de poder envolvidos na produção de nossas sexualidades. O fato da linguagem/narrativa sexual mais difundida ser as "aventuras" de trabalhadoras sexuais não é à toa. Assim como não é à toa o fato desta narrativa não acontecer em primeira pessoa: desde o início, quem narra as histórias das prostitutas é o homem, *pornográfo*. Ato contínuo, como linguagem a pornografia segue com a mulher como objeto: quando ilustram as paredes de Pompeia com cenas de intercursos sexuais ilustra-se a imensa rede de trabalho sexual da cidade, e paralelamente cria-se uma linguagem do desejo e do sexo. Usando corpos específicos para despertar o desejo, em um público específico, de consumir a narrativa oferecida. Nesse processo, a mulher é a imagem, o corpo, a força de trabalho e o ideal explorado para a conformação dessa linguagem e reprodução desse mercado.

> **"Definimos a pornografia como a subordinação gráfica e sexualmente explícita das mulheres por meio de imagens e palavras que também incluem 1) mulheres apresentadas como objetos sexuais desumanizados, coisas ou mercadorias; 2) mulheres apresentadas como objetos sexuais que gostam de ser humilhadas e de sofrer dor; 3) mulheres apresentadas como objetos sexuais que têm prazer sexual ao serem violadas, vítimas de incesto ou de outras violações sexuais; ou 4) mulheres que são apresentadas como objetos sexuais, manietadas [tem as mãos amarradas], cortadas ou mutiladas ou feridas fisicamente; ou 5) mulheres que são apresentadas em posturas e posições de submissão sexual, servis e exibicionistas; ou 6) partes de corpos femininos — incluindo, inter alia [entre outras coisas] vaginas, mamas e nádegas — são exibidos reduzindo as mulheres a essas partes; ou 7) mulheres sendo penetradas por objectos ou animais; ou 8) mulheres apresentadas em cenários de degradação, humilhação, lesões, tortura, representadas como sujas ou inferiores, sangrando, com marcas de violência ou feridas num contexto que sexualiza estas condições".**
>
> *Catherine Mckinnon e Andrea Dworkin. "Not a Moral Issue", 1985.*

A definição feminista radical, herdada principalmente de Dworkin e Mckinnon, de que a pornografia é a subordinação gráfica das mulheres (em resumo e superfície), encontra-se com a definição de Wolf, pouco posterior, no sentido em que abrange variadas formas de representação, não só o que comumente se nomearia como pornografia. Wolf salienta como, ao passo que as mulheres ganhavam espaço na convivência e construção política da vida pública, a pornografia diversificou-se, expondo homens e mulheres a variados discursos pornográficos, nas mídias, nos hábitos, discursos etc. A opressão que por muito tempo se desenrolou nas práticas públicas *teve que ser privatizada*, para manter assim a dominação das mulheres. Violências que antes eram públicas e/ou estatizadas, passaram a ser "aceitas" apenas no espaço doméstico/privado, Espaço privilegiado - até hoje - para o exercício de opressões através de micropoderes, bem como para sua inciência - as pessoas não *precisam* ficar sabendo e essas agressões passam desapercebidas e ignoradas por vezes até mesmo por quem as sofre. Nota importante é a exposição constante do corpo dito feminino como erótico e pornográfico, reforçando nesses corpos a construção de sua identidade como carne, não como sujeitx.

Assim, as mulheres são as trabalhadoras da indústria sexual, mas também são o produto oferecido, comercializado, o que duplica sua exploração. As mulheres que não são trabalhadoras sexuais não estão fora do mercado sexual, no entanto. Primeiro, porque qualquer corpo feminino (mais que o masculino) é mão de obra sexual em potencial. Depois, o sexo é moeda corrente em nossa sociedade, como linguagem ou como artifício, e das mulheres em geral é esperada uma performance semelhante ao discurso sexual corrente, monopolizado, por sua vez, pela linguagem pornográfica industrial. Das mulheres não só é esperado que façam sexo com seus companheiros - considerando-se a heterosexualidade como norma - mas também que performem uma sexualidade que não é intrínseca, senão sugerida pelos discursos externos. Dessa forma, a mulher é alienada do discurso sexual pornográfico, principal formador de repertório da sociedade ocidental atual. Além disso, é alienada de seu prazer, já que a função do corpo feminino é objetificada: sirva a outrem, não necessariamente a si (o sexo termina quando o parceiro goza, aprenda a fazer boquete, não a bater siririca etc). Mulheres cujo desejo sexual foi construído baseado no desejo do outro, onde sua satisfação sexual reside, no fim, na satisfação de outro desejo, não no seu. Também são alienadas de seu próprio corpo, já que a pornografia e os discursos dominantes representam corpos ideais, não reais; desestimulam e interditam o conhecimento da mulher - de pessoas com buceta em geral - de sua anatomia (muitas foram tocadas na vulva, por consenso ou violência, por outras pessoas muito antes de tocarem a si mesmas), e depreciadas pelo discurso médico, que ora negou a possibilidade da mulher sentir prazer (Viva Freud!) ora ignorou a anatomia exclusivamente destinada ao prazer na vulva (o formato e função do clitoris só foram completamente descritos em 2005, por Helen O'Connell).

Dessa maneira, a mulher é grande produtora da sexualidade, mas alienada de seu trabalho, tal qual trabalhador_s são alienad_s de seus trabalhos no processo de extração da mais-valia. As *mulheres* não são as únicas operárias do sistema de produção de sexualidades e desejos. *Homens*, naturalmente, também fazem parte desta produção, mas são menos alienados de seus resultados. Da mesma forma, *travestis, pessoas trans, interssexuais e não binárias* também são mão de obra alienada da reprodução das sexualidades e desejos. O Brasil, por exemplo, é o país líder, simultaneamente, em assassinatos e buscas por pornografia de mulheres trans. Goza-se do corpo e identidade delas, mas não se permite que elas próprias gozem do direito à existência.

Não-homens cis, o que inclui mulheres cis, homens e mulheres trans, pessoas sem gênero, enfim, qualquer desviante da norma, são cidadxs de segunda classe. Isso significa que o mundo não é feito para essas desviantes, e sim para apenas o mecanismo afetivo-sexual da heterossexualidade. Esse sistema é sustentado, justamente, pela alienação e exploração do corpo e do *trabalho sexual* e *afetivo* desempenhado pelas pessoas de segunda classe. Tal qual o racismo e a escravidão são sustentáculos do capitalismo, a exploração afetivo-sexual de desviantes é o sustentáculo da economia da heterosexualidade compulsória. É através da exploração e objetificação dos corpos trans e femininos que a masculinidade se subjetiva. É através da exploração afetiva da suposta feminilidade que a masculinidade se isenta e evita lidar com a sujeira emocional normalmente produzida por seres humanos, em especial ligados à ideia de sexo masculino. O serviço de manutenção, limpeza e faxina emocional nunca é executado por indivíduos ligados às manifestações da masculinidade (tal qual *está,* não necessariamente como *é* ou *poderia ser*). O trabalho de processamento das emoções, subjetivação das afetividades, controle emocional, além dos cuidados com a saúde emocional e psicológica são feitos por um grupo específico, de mulheres ou pessoas "femininas", que acumula a função de cuidar de si com a função de cuidar do outro. Da mesma forma que a manutenção e limpeza da casa de pessoas ricas nunca é executada por elas mesmas, mas sempre por empregadas em situação de inferioridade socioeconômica. Assim, existe um constructo social para que a feminilidade ocupe um lugar na sociedade, de cuidado, abnegação e ignorância, o que permite tanto que esse grupo seja explorado quanto que outro(s) grupo(s) extraia(m) vantagens, privilégios/lucros dessa condição. As meninas, por exemplo, aprendem a cuidar de outrem na primeira infância, com as bonecas e responsabilidades familiares. Assim, aprendem a cuidar de alguém antes mesmo de aprender a cuidar de si. O que é produzido é um grupo pronto para cuidar, acima mesmo de seu bem estar, e outro pronto para ser cuidado, apenas gozando de seu *privilégio emocional*.

> **"Se você ama fazer boquete, a pornografia te aplaude. Se você imagina sexo com uma mulher, a pornografia faz isso parecer mais inofensivo. Se você deseja ser dominad_ por um homem, a pornografia torna possível que você veja como isso se parece. Esses vídeos não fazem comentários se suas preferências sexuais são aceitáveis; eles erotizam cada *aspecto do corpo humano, dos pés aos peitos; nenhuma questão sexual* é errada de se perguntar; nenhuma preferência sexual é errada de ser perseguida. A pornografia é a verdadeira arena da tolerância".**
>
> *Wendy McElroy. XXX: a woman's right to pornography, 1995.*

A definição de McKinnon-Dworkin, no entanto, não dá conta desses outros grupos de trabalhadorxs afetivo-sexuais. Ainda que a indústria pornográfica se baseie na exploração do feminino, e logo em idéias de submissão, a observação da exploração a partir de uma interpretação binária não dá conta da diversidade de relações e performatividades possíveis. Por outro lado, cria um discurso no qual mulheres que eventualmente gostem de sentir dor ou ser exibicionistas, por exemplo, se sintam envergonhadas de seus desejos. Diante de tantas sanções e interdições ao sexo e à existência feminina, novas proibições, ainda que "fogo amigo", não necessariamente cumprem a função de libertação, pelo contrário, deve ser objeto de reflexão o fato de discursos libertários assemelharem-se a discursos conservadores. Além disso, o ganho de terreno por práticas sexuais dissidentes tem mais chance de representar avanços na liberação sexual do que o contrário. Do lado oposto, também não se deve desconsiderar as aproximações do senso co-

mum entre feminismo e depravação. Não à toa a degenerescência está presente nos discursos de condenação tanto do feminismo quanto do trabalho sexual, e talvez o que os aproxime seja mais que apenas a má-fé dos inquisidores.

Nessa esteira, a póspornografia (incluindo-se aqui algumas experiências de pornografia dita feminista) disputa espaço no terreno das narrativas sexuais, seja de repertório para uma educação sexual seja de possibilidades de gozo dos corpos, além da expansão das possibilidades de discursos, produções e representações.

Sem discordar ou concordar completamente com nenhuma corrente de definição aqui apresentada, fechemos então com Wendy McElroy, que propõe *"uma definição neutra: Pornografia é a representação artística explícita de homens e mulheres como seres sexuais".* Nessa interpretação, pornografia é linguagem, forma, não necessariamente seu conteúdo. Assim, a pornografia pode servir para a degradação da mulher, mas também pode servir para desafiar a lógica heteronormativa de corpos e performances sexuais, bem como fomentar e criar novo repertório. Sua conceituação não leva em consideração a intenção de autoria (incluindo na pornografia dessa forma produções não declaradamente excitantes no sentido sexual ou deliberadamente pornográficas), e incorpora todo tipo de produção artística, excetuando os discursos médicos e incluindo produções não audiovisuais, como a literatura. A pornografia talvez não seja promotora de violências, mas sim uma manifestação violenta de um sistema de poderes e opressões estrutural.

PODE O SEXO SER LIBERTÁRIO?

É dado, mesmo nas conversas libertárias, que a pornografia faz o cliente, e que o consumo dela faz com os homens distanciem-se da realidade, buscando e forçando práticas sexuais que, se não fosse o repertório pornográfico como educação sexual, dificilmente reproduziriam. Também é comum justificar a inaptidão masculina para o sexo respeitoso entre dois seres humanos - ao invés de um homem e um objeto - como culpa da pornografia, que

os ensinou o que sabem sobre sexo. Do ponto de vista anarquista, me parece que tal afirmação não poderia ser mais equivocada.
Antes de mais nada, porque os humanos têm a capacidade, em geral, de aprender e desaprender, e se a participação masculina no sexo em algum momento foi aprendida como violenta, agressiva e egoísta, é perfeitamente possível que seja desaprendida em outro momento. Da mesma forma, ao indicar a pornografia como culpada pela educação sexual individualista e consumista dos homens, eximimos a participação deles no processo de educação e fruição dos privilégios advindos dessa educação. É como culpar apenas um professor ou um livro pelo comportamento do aluno. Primeiro, porque a educação é fruto de múltiplos estímulos, que são imagéticos mas também sonoros, tradicionais, subjetivos. A educação sexual tem forte apoio na pornografia - aqui entendida já como linguagem - mas também em outros estímulos. Ademais, humanos aprendem o que é ser humano por mimetismo, imitação de seus pares. Quando humanos estabelecem uma relação, nesse caso afetiva-sexual, estão aptos a aprender uns com os outros, a despeito dos estímulos externos. Se você ouvir sua parceira, por exemplo, pode aprender ou desaprender coisas com ela. Por fim, os homens não são vitimados por uma educação sexual, mas sim se aproveitam da que existe como está para dar continuidade tanto à sua tendência autoritária histórica quanto à submissão feminina. Apontar a pornografia como culpada pela má educação sexual masculina é justamente eximir os homens de sua posse e usufruto de privilégios. Homens não transam mal, de forma violenta ou de forma displicente porque aprenderam assim na pornografia: a pornografia é um dos artifícios utilizados pelo homens para reeducar e perpetuar a submissão feminina através do sexo. É papel destes, se interessados na construção de outro mundo possível, reconhecerem sua posição de privilégio independente dos filmes que assistem, e se disporem a desaprender os ensinamentos da pornografia industrial. Não adiantam campanhas de reeducação se os educandos não se dispõem a reaprender. É dizer: homens não são vítimas de uma educação sexual pornográfica, homens são os perpetradores dessa educação e devem assumir que ocupam este espaço, e não ser liberados de sua responsabilidade por "um dia terem aprendido assim".

É preciso que seja aberto espaço para outras narrativas sexuais e que ativamente os privilegiados desse sistema desconstruam seus privilégios.

Buscar outras narrativas possíveis não é exatamente tarefa fácil. Se o padrão de beleza está presente em todo material midiático (mesmo o bodypositive, que apresenta garotas gordas, mas sem pelos nas axilas e com sobrancelha impecável), imagine então buscar por referências sexuais femininas na internet. "Garotas batendo siririca", por exemplo, provavelmente voltará com páginas de resultados que partem de "novinhas" e aterrissam em "arrombadas". A linguagem, a apresentação gráfica, a narrativa, as ficções, enfim, o conjunto discursivo acerca da sexualidade feminina não pertence a quem assim se identifica. Talvez, através da reclamação desse repertório sejam possíveis impactos na liberdade individual de todas as pessoas, independente de gênero e identidade sexual.

NOS DEIXEM GOZAR (OU FINALMENTE UMA APRESENTAÇÃO)

Assim nasceu a Siririca. Como uma proposta de resultado possível em meio à busca violenta por informações sobre a sexualidade feminina. Se siririca até então era palavra preenchida de conteúdo por iniciativas e narrativas pornográficas machistas, nos dispusemos a disputar

esse conteúdo com uma perspectiva feminista, anticapitalista e anarquista. Vez que o gozo dissidente está interdito no mainstream pornográfico - servimos como objetos, não como sujeitas de nossas próprias narrativas - o projeto propõe que essa retomada sexual possa ser libertadora, e se dedica a construir coletivamente (único jeito possível) investigações e significados diversos para a sexualidade dita feminina. Aprender a gozar, para as mulheres, é revolucionário como aprender a desejar, aprender a ser, aprender o sim e, principalmente, ainda que pareça paradoxo, aprender o não.

"Quando vivemos fora de nós mesmas, e com isso quero dizer apenas em diretrizes externas, e não em nosso conhecimento e necessidades internas, quando vivemos longe desses guias eróticos de dentro de nós mesmas, então nossas vidas são limitadas por formas externas e alienígenas, e nós nos conformamos com as necessidades de uma estrutura que não é baseada na necessidade humana, muito menos na de um indivíduo. Mas quando começamos a viver de dentro para fora, em contato com o poder do erótico dentro de nós mesmas, e permitindo que esse poder informe e ilumine nossas ações sobre o mundo ao nosso redor, então começamos a ser responsáveis para nós no mais profundo sentido. À medida que começamos a reconhecer nossos sentimentos mais profundos, começamos a desistir, necessariamente, de estar satisfeitos com o sofrimento e a auto-negação, e com a dormência que tantas vezes parece ser única alternativa em nossa sociedade. Nossos atos contra a opressão se integram com o eu, motivados e capacitados a partir de dentro".

Audrey Lorde. "Uses of erotic: erotic as power", 1978.

PERSPECTIVAS ANARQUISTAS

É certo que as práticas sexuais são moldadas pela sociedade tanto quanto a sociedade é moldada pelas práticas sexuais. Mas existe ainda outra dimensão da questão: assim como sociedade, as práticas sexuais reproduzem-se a si mesmas. Existe um nível de reprodução que escapa do controle social, que se reinventa e que acontece espontânea e episodicamente, em cada encontro, em cada *acordo* sexual. A primeira premissa anarquista para enten-

der e incluir a discussão honesta e aberta sobre sexualidades nas tarefas do dia é entender que, como outros dispositivos sociais, não existe um espírito maquiavélico do tempo (ou das masculinidades) tensionando o que são essas práticas. Se homens brancos cis exercem opressão é porque se beneficiam do machismo, não necessariamente porque passam noites tramando.

A moral é o principal instrumental teórico mobilizado na observação e eventualmente intervenção nestes temas, mas também é empecilho para racionalizar as questões sexuais, especialmente na medida em que empurra tais questões para o campo passional, teoricamente distante da possibilidade de racionalização. É absolutamente possível, e necessário, racionalizar nossos tabus e desencontros sexuais, em especial porque *se você não racionaliza, alguém racionaliza para você*. Também, como indivíduos politicamente ativos e comprometidos na construção de práticas libertárias (premissa anarquista) todas e todos nós somos passionais. Se alguém se dispõe a construir um centro de cultura social, panfletar, defender os animais, o que seja, e faz isso sem paixão, talvez deva reavaliar as práticas anarquistas bem como todo o projeto de mundo libertário. Escamotear um assunto, especialmente tabus de longa data, como assuntos "passionais", do campo puramente emocional, é jogar para baixo do tapete importantes temas que exatamente por serem tabus colaboram pesadamente para a manutenção do status quo.

> **"Mas a criação da identidade de alguém baseada na opressão de outrem, ou na vitimização sofrida, não provê força ou independência. Pelo contrário, cria a necessidade de proteção e segurança que eclipsa o desejo pela liberdade e autodeterminação".**
> *Wolfi Landstreicher. "Against the logic of submission", 2005.*

A resolução de episódios de violência sexual, por exemplo, é um tema tão espinhoso quanto potente para a discussão das práticas e objetivos libertários. Vítima e agressorx, em nossas comunidades, dificilmente se reintegram ao coletivo, especialmente sem o estigma de vítima e agressorx. Seguimos repetindo que a vítima não tem culpa, mas seguimos classificando a vítima como "vítima", criatura passiva às ações externas, buscando soluções e tutelando sua presença, recusando sua subjetivação e muitas vezes infantilizando suas ações e demandas. Quanto aos agressores, em especial homens, em geral são perseguidos e apenas ostracizados como indivíduos divergentes pelas mesmas pessoas que antes apontavam o machismo e as agressões sexuais como estruturais. Ora, se a violência de gênero é estrutural, como pode um indivíduo ser perseguido isoladamente por uma manifestação dessa violência coletiva? Mais: como outros indivíduos podem se afastar das estruturas que legitimam essas violências de tal forma que podem julgar e apontar as falhas de caráter de outro igual? Quando homens, por exemplo, execram outro homem por machismo ou violência sexual. E isso, sempre, em nome da vítima, que muitas vezes sequer sabe dos trâmites persecutórios e "restaurativos" levados a cabo em "sua defesa".

Como as comunidades que buscam soluções não punitivistas, estruturais, posicionadas contra as práticas burguesas e opressivas da sociedade capitalista têm cuidado da resolução coletiva de questões de natureza sexual?

Não me parece pertinente negar que haja *uma moral anarquista*. No entanto, também é pouco prudente apoiar as resoluções nesta moral, já que a moral, sabemos, se manifesta de diversas

formas e pode facilmente assumir dimensões e interpretações diferentes, a depender de quem a invoque. Antes de invocar a moral e os bons costumes anarquistas, me parece mais condizente com a construção política firmada até aqui que sejamos *amorais*. Assim como o sufixo A em anarquia remonta à ausência de autoridade/poder, o sufixo A em amoral denota a ausência da moral. Como anarquistas, é importante que possamos nos posicionar fora da moral construída dentro da lógica de autoridade e domínio, as variantes de moral que conhecemos. Que possamos reconhecer que a moral existe, sim, mas que também possamos percebê-la como fruto de cada tempo histórico e não como regra geral de observação e julgamento de nossos pares.

> **"Aqui podemos traçar uma nítida linha entre o consenso liberal e o tipo de consenso que permite relações de troca de poder erótico. As estruturas do consenso erótico são profundamente informadas pelo desejo, particularmente o desejo corporificado. Isso é raramente, ou nunca, o caso das estruturas de consenso político que possibilitam os estados liberais modernos ou com as formas de consenso econômico que subscrevem o capitalismo moderno. O consenso do sujeito político liberal ou do sujeito do capitalismo econômico pode ser relutante, indiferente ou apático. Relações de poder erótico, pelo mesmo prisma, requerem desejo. O desejo mútuo garante o conteúdo ético da troca de energia erótica, por desejo que garantem que as necessidades e desejos da 'parte subordinada' sejam levados plenamente em conta".**
>
> *Lewis Call. "Structures of desire", 2011.*

O cuidado das relações sexuais através de uma perspectiva anarquista pode, de forma preliminar, ser estabelecido em um tripé de premissas principais: a *desconstrução da moral* [logo], o *respeito ao gozo e ao desejo* e o *poder do consenso*. A defesa de cada uma dessas bases mereceria, por si só, um ensaio. Posto que esse ensaio pretende apenas sistematizar as experiências de três anos e apresentar novas questões surgidas no processo, limitamo-nos a apresentar cada perna do tripé com honestidade e coração aberto, esperando que o tempo novamente nos seja generoso em construir o sentido e confirmar ou refutar essas percepções.

A *desconstrução da moral*, como já apresentado, refere-se à abordagem de questões sexuais com distanciamento, evitando que a moral individual interponha-se a uma legítima e coerente busca da autodeterminação coletiva e individual. Nossos certos e errados são relativos e devem ser assim interpretados. Se são úteis ou não ao coletivo, isso é outra história.

O *respeito ao gozo e aos desejos* é premissa que nos lembra a individualidade e criatividade de cada pessoa. Ainda em ligação com as morais, julgamos desejos impossíveis (os nossos e de outras pessoas) e reproduzimos uma moral cristã, que condena o gozo e exalta a abnegação e a renúncia. Mesmo nos meios libertários/anarquistas, os prazeres são controlados como antirrevolucionários. Entre alguns feminismos, a valorização do erótico/pornográfico é fator de degradação, não de potenciação da luta. Ninguém deve se sentir envergonhada ou perseguido por seus desejos e construções sexuais, pelo contrário, nossas paixões devem ser combustível para a mudança que queremos ver no mundo. Lutemos por liberdade, não censura.

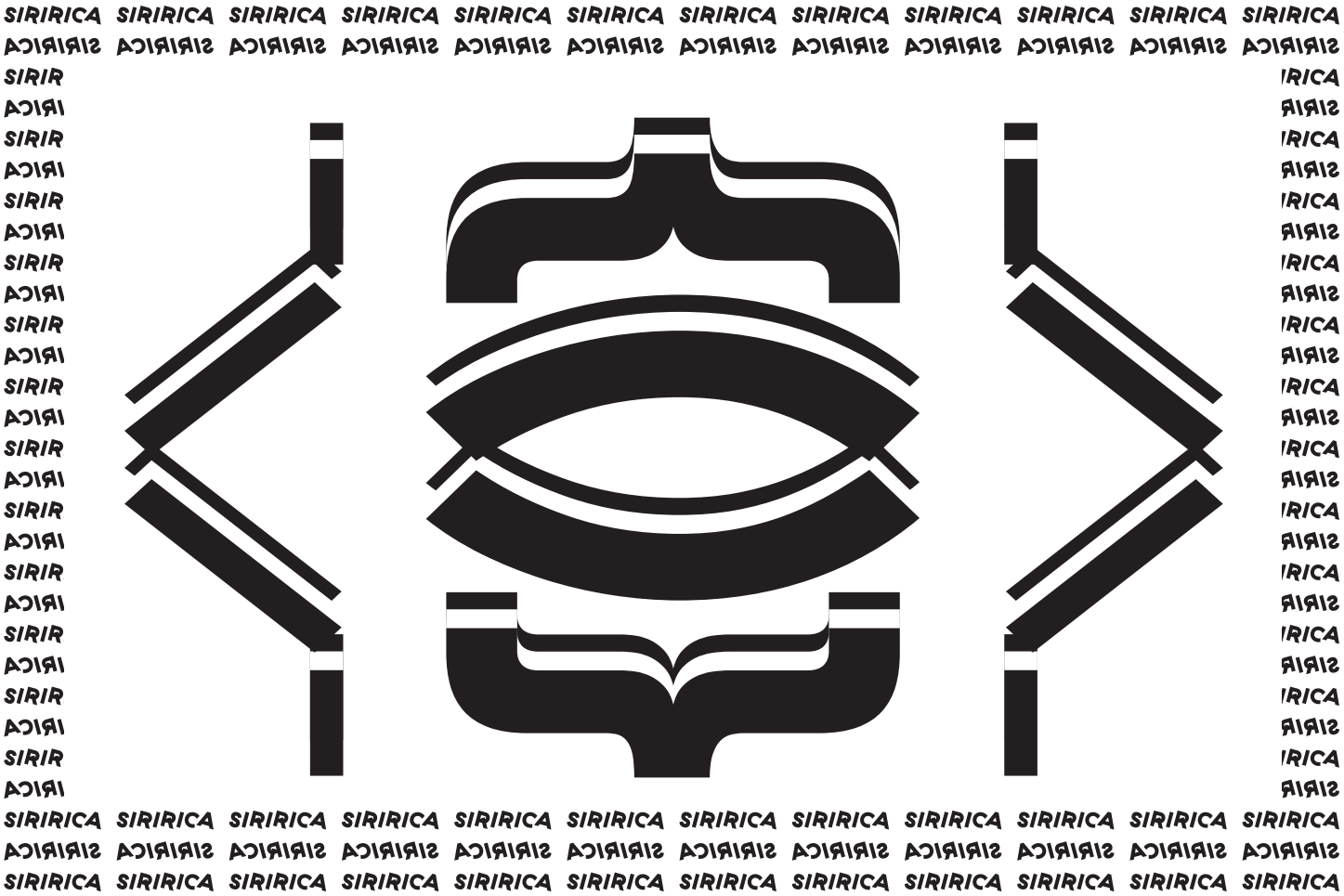
O *consenso*, por fim, provavelmente tem a maior potência dos três. Os dois anteriores podem ser, e foram em várias medidas, cooptados pelo discurso e práticas capitalistas, burguesas, pa-

triarcais. A moral serve aos conservadores como desculpa para censurar, perseguir e punir e os desejos fazem girar uma economia desejante que longe de saciar individuxs massacra e extenua nossa potência produtiva e criativa. Alguns poucos privilegiados têm acesso ao gozo, outras tantas são moídas para manter a máquina funcionando. O consenso, no entanto, não pode ser cooptado ou ressignificado. Não há consenso que não seja livre, que não seja esclarecido, ativo, entusiástico, explícito e inequívoco.

O consenso é diferente do consentimento. Consentimento é a concordância, a anuência, o "sim". Consentimento é a autorização - metade do caminho - mas pode ser uma autorização dúbia ou sob pressão. O consenso é o acordo, é a participação ativa na decisão, não só uma concordância posterior. Por isso deve ser dado de livre vontade, informado das consequências e etapas - esclarecido -, deve ser ativo bem como entusiástico: nascido a partir da vontade pessoal e desejoso. Por fim, deve ser explícito e inequívoco: apenas sim é sim. Através destas características é possível perceber que o consenso, mais que o consentimento, está em desuso em nossa coletividade. Isso, por si, já é motivo de preocupação. Perceber que em nossas relações afetivo-sexuais, onde deveríamos ter segurança e gozar, o consenso é ainda menos presente é uma constatação especialmente dolorosa. De aplicativos de pegação ao intercurso sexual matrimonial, as práticas afetivo-sexuais normatizaram como desnecessário o consenso. Justamente por isso uma abordagem anarquista das sexualidades se faz necessária.

Imaginar que relações - de toda espécie - sejam possíveis baseadas na liberdade, no entusiasmo, na livre associação e expressão etc é imaginar um mundo anarquista. Imaginar e aplicar a construção do consenso em nossas relações, especialmente em relações construídas em bases capitalistas e patriarcais tão violentas e cerceadoras como as afetivo-sexuais heterosexuais, é iniciar uma revolução no micro que se expande para o macro. A base de uma sociedade anarquista, de liberdade e respeito, curiosamente (ou não) é a mesma base para relações afetivo-sexuais potentes, livres e saudáveis.

Deste ensaio, essa é nossa única conclusão.
De nossa luta, é a primeira batalha.


SIRIRICA

GOZO:
DIREITOS E DEVERES

1. É direito de toda pessoa dizer não, a qualquer momento, sem necessidade prévia ou posterior de desculpar-se.
2. É direito de todo ser humano portador de um corpo usufruir dele tal qual deseje, sem interposições midiáticas, econômicas ou de moral alheia;
3. É direito de todo corpo ser desejado e desejar, segundo lhe aprouver;
4. É direito de toda pessoa aprender, experimentar e acompanhar as transformações em seu corpo, consciência e experiências sensíveis, sem barreiras econômicas;
5. É direito de todo corpo e consciência descobrir segundo suas maneiras e interesses, a seu tempo, as interações de si que lhe causem prazer;
6. É direito de toda pessoa portadora de um útero abortar, ou decidir sobre suas práticas de controle ou não de natalidade;
7. É direito de toda pessoa decidir-se por não gozar de seu corpo em sua totalidade ou especificidades, sem influência de moral externa ou condicionamentos religiosos ou econômicos;
8. É direito de todo corpo ter sua independência cognitiva em relação à razão reconhecida;
9. É dever de toda pessoa refletir sobre as práticas que lhe deem prazer, ter consciência de suas pulsões e das consequências destas;
10. É dever de todo corpo cuidar dos corpos que lhe deem prazer, o que inclui a si mesmo;
11. É dever de toda pessoa que use corpos de outrem para seu prazer fazê-lo de forma expressamente consensual, e garantir que -– única forma possível –- o consenso possa ser repensado a qualquer momento;
12. É dever de toda pessoa não condicionar sua felicidade, ou a felicidade de outrem, à saciedade dos desejos. Nenhum desejo deve ser saciado a qualquer custo;
13. É dever de todo corpo reconhecer que existem mais que apenas corpos.

Os direitos e deveres que aqui seguem listados nada têm a ver com convenções internacionais sobre jurisprudência. Não foram elaborados em cátedras, foram elaborados em várias camas. Para que tais direitos sejam respeitados, e deveres seguidos, é necessária uma revolução, única forma possível de libertar o corpo das interpretações, funções e pulsões patriarcais capitalistas e cristãs. Da mesma forma, o respeito a tal estatuto tem o poder de deflagrar uma revolução.

AVISO FINAL:
A Siririca nasceu de diálogos. Cada capítulo desse zine já foi um diálogo público. Cada diálogo despertou questões e apontou caminhos. Essa sistematização não é inocente. Ela foi feita a partir de um lugar e esse lugar oferece um ponto de vista específico. Quem tiver a generosidade de partilhar o seu:
siririca.noblogs.org

KONCEPÇÃO GRÁFIKA:
karen ka

SIRIRICA